



0535151

08620.003068/2018-92



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES AUDIN 2017

1. INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna (Audin) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) está sob a orientação e supervisão técnica do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, consoante estabelecido no Decreto nº 3.591/2000.

Em cumprimento a Instrução Normativa – IN nº 24/2015 da CGU, apresenta-se o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT referente ao exercício de 2017.

2. DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

A Funai tem sede e foro na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tendo ainda 38 unidades gestoras, com atuação em todo o território nacional:



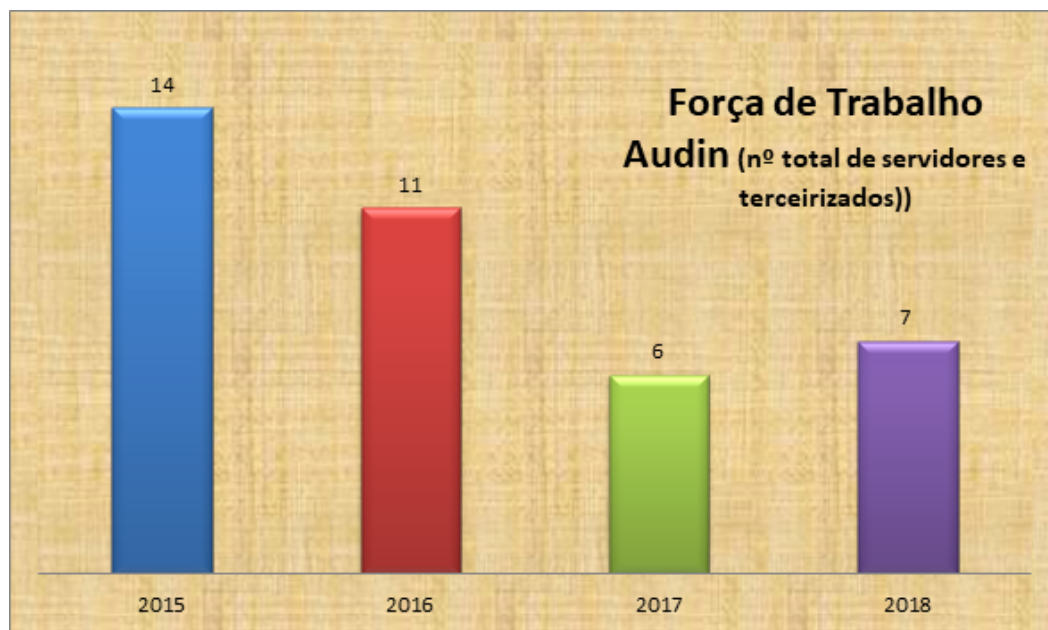
3. DA AUDITORIA INTERNA

A Audin é um órgão seccional e vincula-se diretamente a Presidência da Fundação, e sua estrutura organizacional está desenhada no Regimento Interno da instituição, Portaria nº 666/PRES, de 17/07/2017:



As ações da Audin contemplam as atividades de controle interno, através da avaliação da conformidade da gestão e do assessoramento à alta administração, bem como a verificação da qualidade do desempenho das diversas áreas da Fundação em relação às atribuições e aos planos, às metas, aos objetivos e às políticas definidas pela FUNAI.

Ressalta-se que a equipe de auditoria defrontou-se com diversas aposentadorias, tendo o seu quadro funcional bastante reduzido:



4. TRABALHOS REALIZADOS DE ACORDO COM O PAINT

Das ações previstas para o exercício de 2017, duas auditorias previstas nas unidades regionais não foram realizadas; dois programas de auditoria foram elaborados, restando a sua validação; não houve encaminhamento para parecer de Tomada de Contas Especial (TCE), desta forma, a execução do PAINT foi parcial:

Seq	Ação de Auditoria	Status
1	Elaboração do Relatório Anual de Auditoria Interna - RAINI 2016	Realizado
2	Exame do Processo de Prestação de Contas Anual Exercício 2017	Realizado

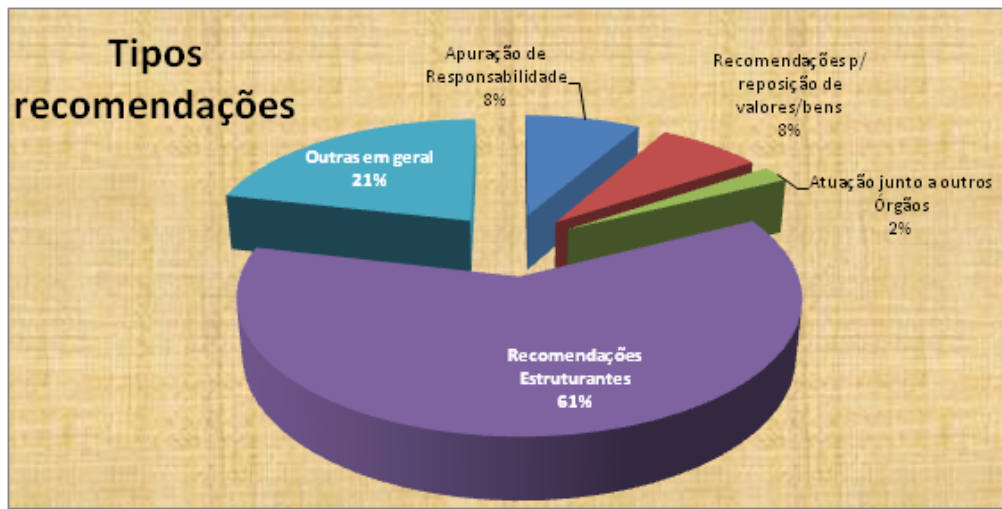
3	Acompanhamento da implementação das determinações/recomendações dos Órgãos de Controle Interno e Externo, para a Fundação	Em andamento
4	Assessoramento Técnico	Não houve demanda
5	Suporte Técnico aos Órgãos de Controle Interno e Externo	Realizado
6	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT do exercício seguinte	Realizado
7	Exame dos Processos de TCE	Não houve demanda
8	Procedimentos internos e implantação de programas	Dois programas de auditoria elaborados
9	Atendimento as solicitações da Procuradoria da República	Um atendimento
10	Auditoria de Conformidade CR Roraima	Realizado
11	Auditoria de Conformidade CR Baixo Tocantins	Não realizada
12	Auditoria de Conformidade CR Araguaia Tocantins	Não realizada
13	Auditoria de Conformidade Sede	Em andamento
14	Análise das concessões e prestação de contas de diárias e passagens – SCDP	Em andamento
15	Manutenção SIAUDI	Não realizada
16	Recomendações Audin (follow-up)	Em andamento
17	Capacitação	Realizadas mais de 100 horas de capacitação

As ações se concentraram no acompanhamento dos trabalhos da CGU: avaliação da gestão da Renda do Patrimônio Indígena e das Aquisições, participando e promovendo reuniões para o atendimento de informações e elaboração no Plano de Providências.

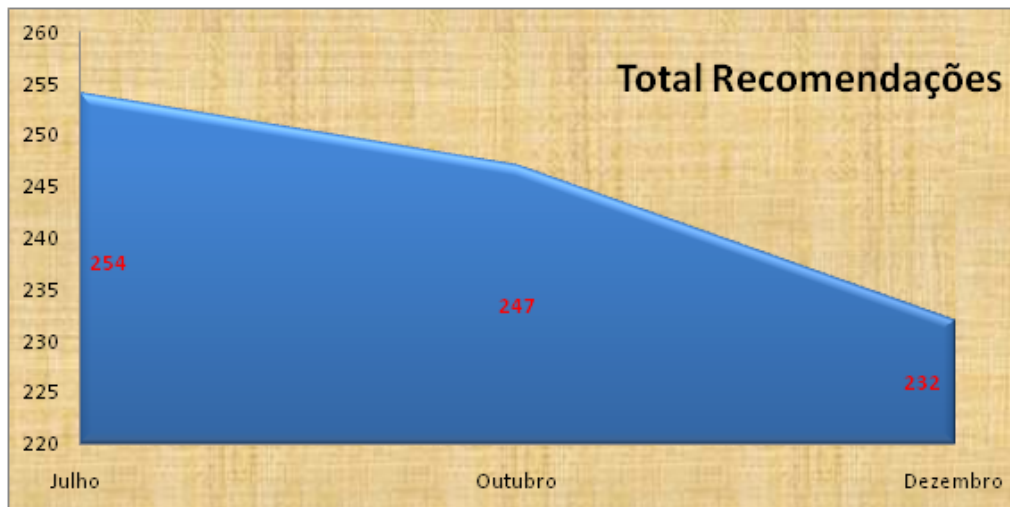
No exercício de 2017 foram expedidas seis recomendações decorrentes de trabalhos realizados na Sede em Brasília, destas, 67% é correlacionada à avaliação da gestão da Renda do Patrimônio Indígena, cujo principal ação resultante é a instalação de um Grupo de Trabalho multidisciplinar com finalidade de analisar e propor mecanismos de aprimoramento da governança e gestão dos recursos, fato de maior repercussão na gestão.

Os trabalhos da CGU junto a Sede são acompanhados pela Auditoria Interna e esta promove encontros físicos e virtuais para consolidação das manifestações dos gestores e posterior entrega a equipe da CGU.

As recomendações pendentes no Sistema Monitor CGU também foram foco deste último exercício, sob a orientação Assessoria de Controle Interno do Ministério da Justiça (AECI/MJ) e consistiram em desmembrar por tipos de recomendações e atuar junto unidade central para elaboração de regramentos institucionais, aos gestores locais para manifestações pontuais e a Corregedoria para atualizar informações sobre processos de apuração de responsabilidade, tendo em vista o ranking temático das recomendações:



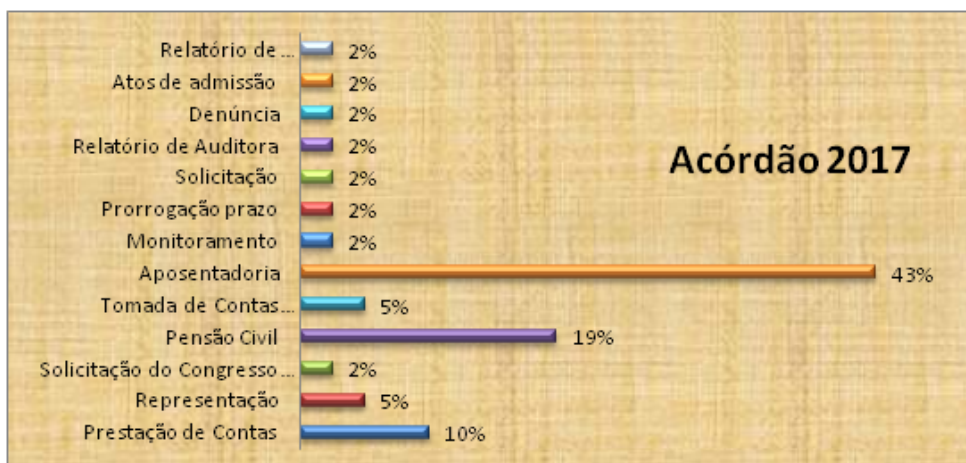
Ainda assim, há mais de 230 recomendações pendentes de respostas do gestor:



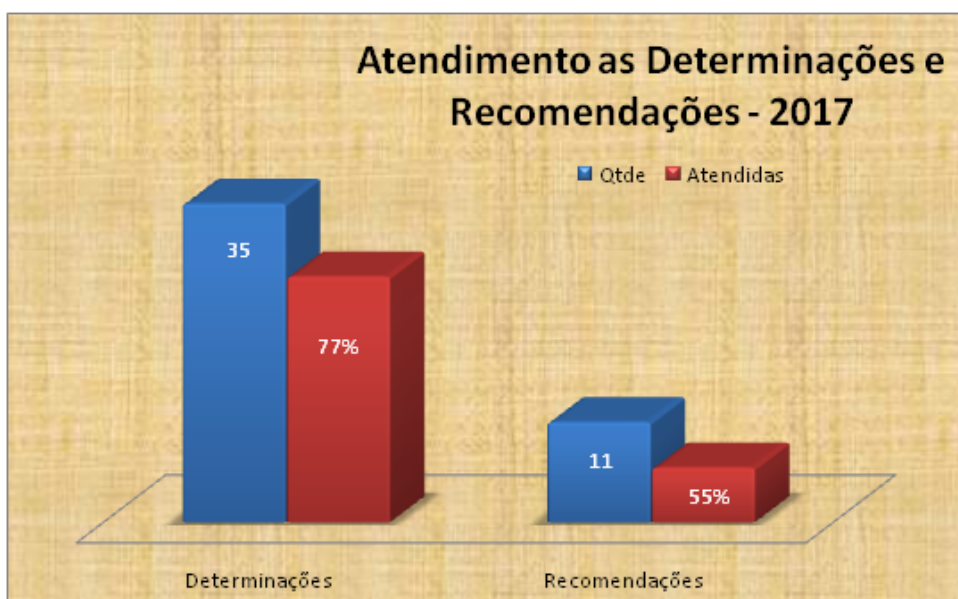
A materialidade de todos os recursos dos contratos e programas auditados, em 2017, alcançou o total de R\$ 22.610.757,68:

Unidade	Objetivos	Escopo	Valor (R\$)
CR de Roraima	Verificar a regularidade dos procedimentos licitatórios/contratos de prestação de serviços e de fornecimento de bens, com observância às dimensões de economicidade, eficiência e eficácia dos recursos públicos. Avaliar os controles internos. Levantar os pontos críticos. Colaborar na melhoria do desempenho da Unidade por meio de recomendações oportunas. Verificar a elaboração dos inventários dos bens móveis e processo de baixa de bens inservíveis.	Os exames serão realizados por amostragem através dos processos licitatórios formulados no exercício e contratos em vigor, avaliando-se a conformidade nos termos das Leis vigentes, bem como a sua execução e fiscalização.	6.268.417,04
Sede			16.342.340,64
Total			22.610.757,68

Com relação às demandas do Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício de 2017, foram 42 Acórdãos para a Fundação, dos quais 43% correspondem à atos de gestão, em especial as aposentadorias:



As deliberações que importaram em recomendações e/ou determinações somam 46 resoluções e 70% atendidas:



5. ANÁLISE DO NÍVEL DE MATURIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

Tendo em vista as aposentadorias no exercício de 2017, foram realizadas duas auditorias: uma na Coordenação Regional de Roraima e uma na Sede da instituição, esta em fase de finalização.

Os exames foram efetuados por amostragem e conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal e compreenderam: planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos recursos empenhados, a avaliação da execução orçamentária e financeira e a conformidade do processo de contratação.

As constatações e recomendação são consignadas em Relatório e tem o objetivo de orientar e sanar as falhas detectadas.

As principais fragilidades detectadas nos trabalhos realizados no exercício não diferem das observadas em trabalhos anteriores da Auditoria Interna e coadunam com as recomendações da Controladoria-Geral da União.

Foram identificadas fragilidades nas áreas fiscalização contratuais, gestão das despesas com combustível, gestão da frota, gestão patrimonial e concessão de diárias e passagens.

Considerando a impossibilidade da execução das ações previstas para a Auditoria Interna, em função do número reduzido para a consecução dos trabalhos, buscou-se concentrar esforços em identificar as principais falhas apontadas pela CGU em seus trabalhos e consolidadas no Sistema Monitor CGU, desta forma, verifica-se que a gestão patrimonial é o principal ponto de melhoria, assim como, as licitações e contratos.

6. TRABALHOS REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PAINT

A CGU apresentou denúncias de supostas irregularidades nas unidades do Xingu, Campo Grande, Cuiabá e quanto a malservação de patrimônio da instituição.

As denúncias foram apuradas e não identificadas evidências para desencadear uma auditoria especial.

7. FATOS RELEVANTES

As aposentadorias e os egressos causaram impacto nas ações previstas para o exercício, assim, as ações previstas no PAINT 2017 foram totalmente executadas:



Outro ponto em destaque foi a vacância do cargo de titular da Audin, de maio de 2017 a março de 2018.

A recomposição do quadro é um ponto positivo, haja vista, o ingresso de dois servidores e a nomeação do titular da pasta.

8. CAPACITAÇÕES REALIZADAS

As capacitações realizadas no exercício de 2017 somam mais de 100 horas aula e com a participação de todos os técnicos da Auditoria Interna:

Ação de capacitação	Servidores	Carga horária (h/a)
Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal	2	2
Seminário de Governança e Gestão Organizacional: Novo modelo, Papéis e Responsabilidades	1	7
Seminário - Gestão de Riscos: Desafios para implementação da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1/2016	1	4
Curso de Auditoria e Controle Interno	3	5
IX Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental	3	15
Oficina de Planejamento Estratégico	1	28
Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR	1	20
II Fórum de Diárias e Passagens	1	16
Seminário Diálogo Público: Governança e Gestão das Contratações - Edição DF	2	6,5
Nova Instrução Normativa de Serviços	1	4
Total		107,5

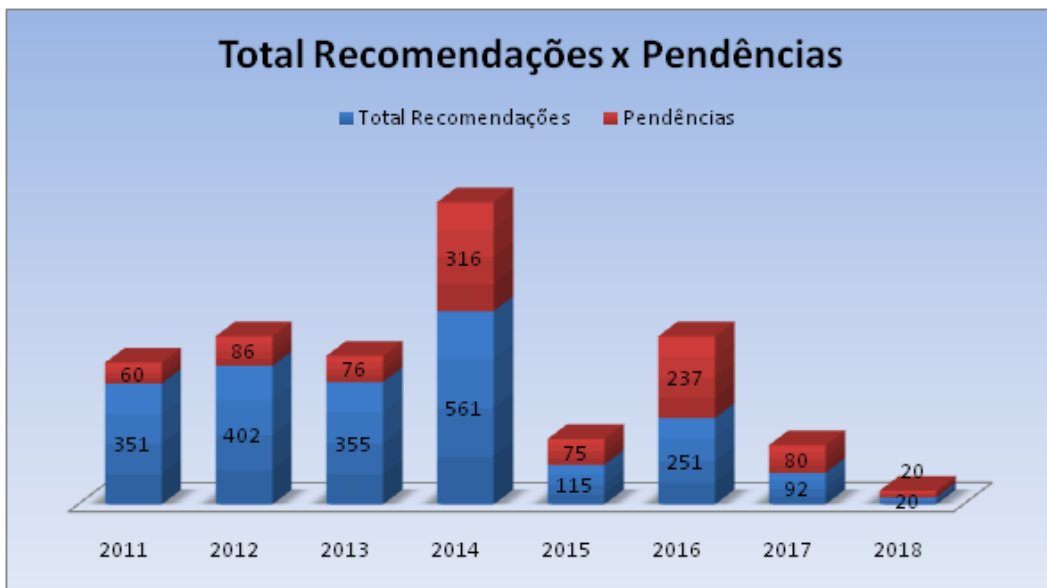
9. RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS

O acompanhamento das recomendações formuladas pela AUDIN é realizado por meio do Sistema de Auditoria Interna – SIAUDI, *follow-up*, é permite o acompanhamento em tempo real da manifestação das unidades auditadas às recomendações de auditoria.

A utilização dessa ferramenta possibilita maior celeridade no acompanhamento, vez que ao ser homologado o relatório de auditoria, automaticamente é emitido um e-mail para os gestores responsáveis pela unidade auditada, informando o resultado dos trabalhos auditoriais e o prazo estabelecido para a manifestação. Os gestores também se manifestam acerca da implementação das recomendações consignadas nos relatórios por meio eletrônico.

O sistema fornece informações gerenciais relativas ao quantitativo e quais itens das recomendações estão sendo implementadas/respondidas, identificando todas as constatações e recomendações, como também, a manifestação da Unidade e a análise pela AUDIN, resultando nos status pendente, baixado e em monitoramento.

A Auditoria Interna monitora as ações recomendadas nos relatórios de auditoria, a partir de dados gerenciais extraídos do SIAUDI, conforme item precedente, acionando os responsáveis envolvidos para que adotem procedimentos corretivos de modo a eliminar as deficiências apontadas.



10. BENEFÍCIOS DA ATUAÇÃO DA AUDIN

As atividades da Auditoria Interna buscaram demonstrar aos gestores a necessidade de implementação e de aperfeiçoamento dos controles institucionais, objetivando agregar valor à gestão das diversas áreas da Fundação.

É necessário incrementar os controles internos e promover a cultura da gestão de riscos, pois o fortalecimento da primeira linha de defesa é indispensável para a efetividade dos controles, além de contribuir com a identificação, análise e mitigação dos riscos.

Brasília, 02 de abril de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA CARVALHO ANDRADE CAMPOS, Auditor Chefe Substituto**, em 02/04/2018, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0535151** e o código CRC **C28499D5**.